

SUMÁRIO

PARTE 1 DIREITO MATERIAL

CAPÍTULO 1: Conceitos fundamentais	19
1.1. Conceito de posse.....	19
1.1.1. Teoria Subjetiva de Savigny	19
1.1.2. Teoria Objetiva de Ihering	22
1.1.3. Teoria Social da Posse	26
1.2. Posse de Direitos Pessoais	30
1.3. Natureza Jurídica da Posse: Fato ou Direito?.....	32
1.4. Detenção.....	35
1.5. Posição mais Favorável do Possuidor	40
CAPÍTULO 2: Classificação da Posse.....	41
2.1. Posse Direta e Indireta.....	41
2.2. Posse Exclusiva e Compose	44
2.3. Posse Justa e Posse Injusta.....	47
2.4. Posse de Boa-Fé e Posse de Má-Fé	50
2.5. Posse Nova e Posse Velha	55
2.6. Posse <i>Ad Interdicta</i> e Posse <i>Ad Usucapionem</i>	56
2.7. Posse de Bem Público e de Bem Particular.....	57
2.8. Convalescimento da Posse Precária e a Interversão do Caráter da Posse.....	60
CAPÍTULO 3: Aquisição, transmissão e perda da posse	65
3.1. Aquisição da posse	65
3.1.1. Modos de Aquisição	65
3.1.2. Aquisição da Posse na Sucessão Hereditária.....	67
3.1.3. Constituto Possessório	68
3.1.4. Quem Pode Adquirir a Posse.....	72
3.2. Transmissão da Posse.....	73

3.3.	Perda da Posse.....	74
3.3.1.	Perda da Posse Não Presenciada pelo Possuidor.....	76

CAPÍTULO 4: Efeitos da posse79

4.1.	Interditos Possessórios.....	79
4.1.1.	Autotutela na Defesa da Posse.....	80
4.2.	Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação aos Frutos.....	83
4.3.	Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação à Responsabilidade Civil pelo Perecimento do Bem.....	84
4.4.	Efeitos da Qualidade Subjetiva da Posse em Relação às Benfeitorias.....	84
4.4.1.	Direito de Retenção por Benfeitorias Necessárias e Úteis.....	85
4.4.2.	Compensação entre o Dano Sofrido e Benfeitoria Realizada.....	89

CAPÍTULO 5: Usucapião91

5.1.	Generalidades, Natureza Jurídica, Fundamento e Conceito.....	91
5.2.	Usucapião: Modo Originário ou Derivado de Aquisição da Propriedade?.....	94
5.3.	Requisitos Genéricos.....	96
5.3.1.	Posse Ininterrupta ou Contínua.....	96
5.3.2.	Posse sem Oposição.....	99
5.3.3.	Posse com Intenção de Dono (<i>Animus Domini</i>).....	99
5.3.4.	Bem Hável a ser Usucapido (<i>Res Habilis</i>).....	102
5.3.4.1.	Usucapião de Terra Devoluta.....	108
5.3.5.	Tempo.....	110
5.3.5.1.	Ausência de Causas Obstativas ao Curso do Prazo de Prescrição Aquisitiva.....	111
5.3.6.	A Sentença é Requisito?.....	113
5.4.	Sentença Declaratória de Usucapião e Ação Publiciana.....	115
5.5.	Efeito Retroativo da Usucapião.....	117
5.6.	Legitimação para Usucapir.....	118
5.7.	Espécies.....	121
5.7.1.	Usucapião Extraordinária.....	121
5.7.2.	Usucapião Ordinária.....	121
5.7.3.	Usucapião Tabular.....	123
5.7.4.	Usucapião Especial Urbana (<i>Pro Moradia</i>).....	126
5.7.5.	Usucapião Especial Rural (<i>Pro Labore</i>).....	130
5.7.6.	A Concessão de Uso como Direito Real Resolúvel.....	131
5.7.7.	Usucapião Familiar.....	134
5.8.	Direito Intertemporal na Usucapião.....	140

CAPÍTULO 6: Expropriação Social143

6.1.	Semelhança da Expropriação Privada com a Usucapião.....	147
6.2.	Semelhança da Expropriação Privada com a Desapropriação.....	148

CAPÍTULO 7: Regularização Fundiária Urbana	149
7.1. Legitimação Fundiária	153
7.2. Legitimação de Posse	154
CAPÍTULO 8: Territórios Ocupados por Quilombos.....	155

PARTE 2

DIREITO PROCESSUAL

CAPÍTULO 1: Visão geral das ações possessórias.....	169
CAPÍTULO 2: Ações possessórias em sentido estrito (interditos possessórios) ...	171
2.1. Cabimento (causa de pedir e pedido).....	171
2.1.1. Espécies de proteção.....	173
2.1.1.1. Ação de interdito proibitório.....	173
2.1.1.2. Ação de manutenção de posse	174
2.1.1.3. Ação de reintegração de posse	175
2.1.2. Fungibilidade entre ações possessórias.....	176
2.1.3. Fungibilidade entre possessória e reivindicatória	177
2.2. Competência	178
2.2.1. Competência de justiça	178
2.2.2. Competência de foro	180
2.2.3. Competência de juízo.....	181
2.2.3.1. Juizados Especiais Cíveis.....	182
2.3. Legitimidade	183
2.3.1. Legitimidade ativa	183
2.3.1.1. Bens públicos.....	185
2.3.2. Legitimidade passiva	187
2.3.2.1. Cônjuges e companheiros.....	188
2.3.2.2. Terceiro adquirente.....	189
2.3.2.3. Grande número de pessoas.....	190
2.4. Suspensão do direito petitorio.....	190
2.4.1. Vedação ao ajuizamento de ação petitoria	190
2.4.2. Vedação à exceção de domínio	192
2.4.2.1. Oposição e exceção de domínio por parte do Poder Público	199
2.5. Procedimentos	201
2.5.1. Aspectos comuns	202
2.5.1.1. Valor da causa.....	202
2.5.1.2. Aplicação do procedimento comum	203

2.5.1.2.1.	Audiência de conciliação ou mediação.....	203
2.5.1.3.	Sentença.....	204
2.5.1.3.1.	Crítérios.....	204
2.5.1.3.2.	Natureza jurídica.....	205
2.5.2.	Ações possessórias de posse nova (força nova).....	209
2.5.2.1.	Pedidos.....	209
2.5.2.1.1.	Autor.....	209
2.5.2.1.1.1.	Pretensão primária.....	209
2.5.2.1.1.2.	Pretensões secundárias.....	210
2.5.2.1.1.3.	Medidas de efetivação.....	211
2.5.2.1.2.	Réu.....	214
2.5.2.1.2.1.	Pretensão primária.....	214
2.5.2.1.2.2.	Pretensão secundária.....	214
2.5.2.1.2.3.	Natureza dúplice?.....	215
2.5.2.1.2.4.	Outras pretensões.....	217
2.5.2.2.	Tutela de evidência.....	219
2.5.2.2.1.	Requisitos.....	220
2.5.2.2.2.	Meios de prova.....	222
2.5.2.2.3.	Momentos de concessão.....	223
2.5.2.2.4.	Liminar.....	223
2.5.2.2.4.1.	Restrição contra a Fazenda Pública.....	224
2.5.2.2.4.2.	Restrição conjuntural: pandemia.....	225
2.5.2.2.5.	Audiência de justificação.....	229
2.5.2.2.6.	Caução.....	234
2.5.2.2.7.	Recorribilidade.....	236
2.5.3.	Ações possessórias de posse velha (força velha).....	240
2.5.3.1.	Pedidos.....	241
2.5.3.2.	Tutela provisória.....	241
2.5.4.	Ações possessórias multitudinárias.....	242
2.5.4.1.	Citação.....	245
2.5.4.2.	Intimação do Ministério Público.....	246
2.5.4.3.	Intimação da Defensoria Pública.....	247
2.5.4.3.1.	Natureza da atuação.....	248
2.5.4.3.1.1.	Atuação tradicional.....	248
2.5.4.3.1.2.	Atuação não tradicional.....	249
2.5.4.3.1.2.1.	<i>Custos vulnerabilis</i>	250
2.5.4.3.1.2.2.	<i>Amicus communitas</i>	252
2.5.4.3.1.2.2.1.	Ação coletiva passiva?.....	253
2.5.4.4.	Ampla publicidade.....	255
2.5.4.5.	Audiência de mediação.....	256
2.5.4.6.	Inspeção judicial.....	261
2.5.5.	Ações possessórias nos juizados especiais.....	262
2.5.6.	Tutela possessória em caráter antecedente.....	262

CAPÍTULO 3: Ações possessórias em sentido amplo	269
3.1. Ação reivindicatória	269
3.1.1. Cabimento (causa de pedir e pedido)	269
3.1.2. Legitimidade.....	270
3.1.2.1. Legitimidade ativa.....	270
3.1.2.2. Legitimidade passiva	270
3.1.3. Competência.....	271
3.1.4. Procedimento	272
3.1.5. Modalidades específicas.....	273
3.1.5.1. Ação de imissão de posse.....	273
3.1.5.2. Ação de nunciação de obra nova	274
3.2. Ação de embargos de terceiros	276
3.2.1. Cabimento (causa de pedir e pedido)	276
3.2.2. Legitimidade.....	278
3.2.2.1. Legitimidade ativa.....	278
3.2.2.2. Legitimidade passiva	283
3.2.3. Competência.....	284
3.2.4. Procedimento	285
CAPÍTULO 4: Usucapião	293
4.1. Ação de usucapião	293
4.1.1. Cabimento (causa de pedir e pedido)	293
4.1.2. Legitimidade.....	294
4.1.2.1. Legitimidade ativa.....	294
4.1.2.2. Legitimidade passiva	294
4.1.2.2.1. Ação rescisória e <i>querela nullitatis</i>	295
4.1.3. Competência.....	295
4.1.4. Gratuidade de justiça.....	296
4.1.5. Suspensão do direito de ação possessório e petitório	298
4.1.6. Usucapião como matéria de defesa	299
4.1.7. Procedimento	301
4.1.7.1. Procedimento comum.....	301
4.1.7.1.1. Citação.....	302
4.1.7.1.1.1. Citação por edital	302
4.1.7.1.1.2. Citação dos confinantes.....	303
4.1.7.1.2. Outras peculiaridades.....	306
4.1.7.1.2.1. Planta do imóvel	306
4.1.7.1.2.2. Ciência aos entes públicos.....	307
4.1.7.1.2.3. Intervenção do Ministério Público?.....	308
4.1.7.1.2.4. Usucapião coletiva	309
4.1.7.1.3. Tutela provisória.....	309
4.1.7.1.4. Sentença	310

4.1.7.2. Procedimento sumário (usucapião especial urbano).....	313
4.1.7.3. Procedimento sumaríssimo (usucapião especial rural).....	314
4.1.8. Modalidades semelhantes.....	316
4.1.8.1. Ação de expropriação social.....	316
4.1.8.2. Ação publiciana.....	317
4.2. Usucapião Extrajudicial.....	317
4.2.1. Espécie de usucapião administrativa.....	318
4.2.2. Amplitude.....	320
4.2.3. Relação com o pedido judicial.....	322
4.2.4. Requisitos do requerimento.....	324
4.2.4.1. Ata notarial.....	325
4.2.4.2. Planta e memorial descritivo assinados por interessados.....	327
4.2.4.2.1. Silêncio do proprietário.....	329
4.2.4.3. Certidões negativas.....	333
4.2.4.4. Documentação demonstrativa da posse.....	334
4.2.4.5. Outros requisitos.....	334
4.2.5. Ciência aos entes federados e demais interessados.....	335
4.2.6. Suscitação de dúvida.....	336
4.2.7. Acolhimento do pedido.....	337
4.2.8. Rejeição e impugnação do pedido.....	338
4.2.9. Função conciliatória do tabelião.....	339
Referências Bibliográficas.....	341